

# “Vacilante, incerto e louco”: o homem de ciência Baltasar da Silva Lisboa

**Ana Paula dos Santos Lima**

Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências - UFBA/UEFS

*E-mail:* anaplyma@gmail.com

Recebido em: 10/01/2019.

Aprovado em: 25/05/2019.

**Resumo:** Este artigo se refere à trajetória do homem de ciência Baltasar da Silva Lisboa que viveu entre a passagem do século XVIII para o XIX. Assim, elucida-se o contexto de sua formação, bem como da sua atuação profissional e de sua produção intelectual. A análise da trajetória deste homem de ciência possibilita perceber características da *geração de 1790*, constituída por nascidos no Brasil que estudaram na Europa e depois retornaram para a colônia onde aplicaram os conhecimentos que adquiriram no exterior em conformidade com as singularidades da natureza e populações do Brasil. A atuação profissional mais marcante da trajetória de Baltasar da Silva Lisboa terá sido a de Juiz Conservador das Matas de Ilhéus por cerca de vinte anos e vale ressaltar que a maior parte dos seus escritos se refere ao período em que ocupava esse cargo. Para desenvolver a argumentação nos pautamos por pesquisa seguida de análise documental, transcrições e diálogo com bibliografias pertinentes ao tema.

**Palavras-chave:** Baltasar Lisboa. Ilhéus. Brasil. Colônia. Império.

## ***“Wobbly, uncertain and crazy”: Baltasar da Silva Lisboa as a man of science***

**Abstract:** This article refers to the trajectory of Baltasar da Silva Lisboa, a man of science who lived between the passage from the eighteenth to the nineteenth century. The context of their formation, as well as their professional performance and intellectual production are elucidated in this article. The analysis of the trajectory of this man of science makes possible to perceive characteristics of the 1790 generation, constituted by Brazilian-born who studied in Europe and then returned to the colony where they could apply the knowledge that they've acquired abroad in accordance to the singularities of brazilian nature and its people. The most outstanding professional achievement during the career of Baltasar da Silva Lisboa had been the performance as Judge-Conservator of Ilheus Forests for about twenty years and it is worth mentioning that most of his writings refers, precisely, to this period in which he held the position as Judge-Conservator. In order to develop the argument we are guided by research, transcription, documentary analysis and dialogue with bibliographies pertinent to the theme.

**Keywords:** Baltasar Lisboa. Ilhéus. Brazil. Colony. Empire.

## Considerações iniciais

A História das Ciências inclui as biografias dos cientistas de forma que a figura do cientista-herói se dilui para dar lugar à compreensão do conhecimento como uma construção social. É assim que, conforme assinalou Nunes (2001), aos poucos se vai (re) descobrindo alguns dos esquecidos da história e o modo pausado, rítmico, ruidoso ou silencioso com que conduziram suas carreiras profissionais e intelectuais.

Este artigo é parte de uma pesquisa mais extensa <sup>1</sup>, na qual, através da problematização das memórias de Baltasar da Silva Lisboa, confirmamos que em fins do século XVIII e inícios do XIX houve uma dinâmica da ciência no Brasil colonial, evidenciando que esse tempo teve sofisticadas elaborações científicas como resultado da aplicação da inteligência humana para conhecer o funcionamento da natureza, ampliando cada vez mais, como bem expressou Santana (2001) à abrangência temporal e diversificando os objetos de estudos no âmbito da História das Ciências no Brasil.

Na ótica de Bourdieu (2002), ao tratarmos de biografias, lida-se com o desafio de integrar o singular e o individual de forma que se possa demonstrar que os sujeitos possuem seus espaços individuais, mesmo diante de sistemas normativos e ao mesmo tempo a singularidade pode não ser representativa e, é assim também, parte da história. Além de ser fundamental perceber a diversidade de experiências, é também importante a interação da pluralidade de incoerências e a construção do sujeito como ser múltiplo e fracionado da realidade.

Por outro lado, visitar a trajetória de vida de Baltasar da Silva Lisboa evidencia importantes elementos para a história de Ilhéus através de um recorte local e/ou regional onde cada detalhe implica um significado próprio, o que não ocorre numa abordagem centrada em planos mais macroscópicos de análise. Nesse sentido, Dias (2007 *et al*) reivindicou para Ilhéus, *um lugar na História*, desenvolvendo pesquisas sobre a dinâmica econômica da Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial, antes do cacau, e inclusive utilizou os escritos de Baltasar da Silva Lisboa como fontes centrais na sua análise historiográfica.

## O homem de ciência Baltasar da Silva Lisboa

Baltasar da Silva Lisboa nasceu na Bahia a 06 de janeiro de 1761 e faleceu em 14 de agosto de 1840 no Rio de Janeiro. Seus pais foram o lisboeta Henrique da Silva Lisboa e

Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Teve três irmãos: Daniel Nunes da Silva Lisboa, cônego prebendado na Sé Metropolitana e diretor das religiosas do Convento da Lapa; Paulino da Silva Lisboa, que foi recebedor tesoureiro da Mesa da Inspeção da Bahia; e José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú. Foi casado com Joana Evangelista de Souza e provavelmente não teve filhos.

Foi sócio de grupos intelectuais como a Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Real para a Propagação das Ciências em Nápoles e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Sua atuação profissional foi vasta e diversa, atuou como Juiz de Fora do Rio de Janeiro de 1787 a 1796 e como Desembargador dos Agravos, da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, em 1809. Foi Comendador da Ordem de Cristo, Conselheiro do Imperador D. Pedro I e Professor da Faculdade de São Paulo em 1827. Desde 1797 trabalhou como Ouvidor e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus permanecendo neste cargo por cerca de vinte anos e vale ressaltar que a maior parte de seus escritos conhecidos pela historiografia se refere a esta atuação profissional.

José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, era o seu irmão mais velho. Eles tinham em comum, além dos vínculos familiares, os estudos de História Natural com Domingos Vandelli na Universidade de Coimbra, seguiram, entretanto, enfoques teóricos diferentes na carreira pública, enquanto um se dedicava à carreira de naturalista, o outro seguia pelos caminhos da política, enquanto José Lisboa se dedicava a entender Adam Smith, seu irmão mais novo se dedicava aos estudos de Buffon.

Baltasar da Silva Lisboa não pertencia a uma família nobre, mas é significativo o fato de que ele e seu irmão José da Silva Lisboa completaram os estudos em Portugal, algo que não estava ao alcance de todos na época. Outro aspecto importante, nesse sentido, é que Baltasar Lisboa, recebeu o título da Ordem de Cristo,<sup>2</sup> mas foi liberado de apresentar os feitos de seu pai e de sua família, pois a honra recebida não se devia aos títulos de nobreza de sua família que nem sequer os possuía.

Segundo Bento da Silva Lisboa,<sup>3</sup> seu avô era um *architetto*. Mas, Rocha (2001) chama à atenção para o fato de que esse título profissional se refere ao que conhecemos hoje como pedreiro. O referido autor chega a essa conclusão a partir das designações vocabulárias do termo “architetto” no século XVIII e dos comentários de Cipriano Barata sobre as dificuldades da família Silva Lisboa no último quartel do século dezoito, assim referindo-se acerca do Visconde de Cairú:

Eu conheci como as palmas de minhas mãos, entre os fidalgos modernos, um Visconde que até a idade de 22 anos andou com casaca de cotovelos róticos, botões caídos e chapéu *casquete*, e às vezes de vestes de ganga rôtas e chinelos, o qual depois de vários lances da fortuna e traições à Pátria fizeram chibantão; e o pai dêste, até vinte anos nunca teve sapatos; sua camisa e calça eram de aniagem e róta; e em lugar do chapéu servia um pedaço de bamba – querê atado na cabeça, o qual também lhe fazia vezes de lenço; e era ajudante e remador de uma canoa de pescar tainhas; e um irmão dele e tio daquêle, todo esfarrapado, tomava esmolas na portaria de São Francisco e trazia atrás de si moleques, que o apupavam [...].<sup>4</sup>

Cipriano Barata, jornalista baiano, também estudou na Universidade de Coimbra, foi contemporâneo dos irmãos Silva Lisboa, no entanto não fez parte da máquina estatal. Marco Morel (2001) considera que Cipriano Barata se sentia incomodado pela diferenciação social entre eles, e por isso desvalorizou publicamente o Visconde de Cairú, que considerava seu inimigo político.

A intenção de Cipriano Barata, no discurso supracitado, foi desvalorizar a condição política de José da Silva Lisboa devido aos seus desentendimentos. Mas, mesmo não considerando *ipsis litteris* essa sua descrição, contribui para, de certa forma, percebermos a situação social dos irmãos Silva Lisboa naquele contexto.

Henrique da Silva Lisboa foi um arquiteto, qualificação de reconhecimento pelo saber dada aos oficiais mecânicos, por vezes chamados de artífices. Mesmo não tendo títulos de nobreza tinha condições, seja financeira, de reconhecimento social ou apadrinhamentos, para elevar os seus filhos à categoria de estudantes da Universidade de Coimbra. No caso de Baltasar da Silva Lisboa, provavelmente foi apadrinhado pelo bispo D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, Reitor da Universidade de Coimbra no período da reforma pombalina.

Constam dois *Elogios históricos* à memória de Baltasar da Silva Lisboa na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, feitos respectivamente por Bento da Silva Lisboa<sup>5</sup>, seu sobrinho, e Pedro de Álcantara Bellegarde. Este último descreveu algumas de suas características físicas, de personalidade e louvou sua existência de acordo aos necrológios da época, como segue:

O Conselheiro Baltasar da Silva Lisboa foi de compleição robusta, de estatura pouco acima de ordinária, e de aspecto venerando. O seu coração era em extremo sensível aos males alheios, e por isso nem sempre olhava ao que podia quando se tratava de amparar desvalidos: sua alma foi nobre, constantemente desprezadora das riquezas, e saiu pobríssimo dos importantes lugares que exerceu, a ponto de ser a sua pompa fúnebre fornecida por seus sobrinhos [...]. Privado de uma esposa, que por muitos anos havia sido sua companheira fiel e virtuosa, e sem filhos, cultivava a amizade dos seus sobrinhos, que o estimavam como pai. Não se esquecia dos amigos, e com uma delicadeza, que só conhecem os corações sensíveis, em espécies vegetais que descreveu, pôs o nome específico de alguns. E para que nada faltasse a esta alma

virtuosa, a religião foi uma convicção profunda, uma consolação constante que teve nos desgostos da idade avançada, e nos contrastes da vida [...]. Se morreu pobre de dinheiro, foi rico de saber e de preciosas qualidades; e o Instituto, celebrando sua memória, recomenda á veneração dos Brasileiros o bom cidadão, bom esposo, bom pai, bom amigo, e um dos nossos mais distintos literatos.<sup>6</sup>

Como se pode perceber, Bellegarde (1840) indica que Baltasar Lisboa seria de alta estatura, corpulento, desprovido de riqueza material e solitário, e que no final da sua vida dedicou-se a enviar anotações, baseadas na sua atuação profissional, para o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, talvez com o sutil objetivo de garantir uma boa reputação para a posteridade ou de dar um novo significado à sua reputação naquela conjuntura <sup>7</sup>.

É importante anotar que Baltasar Lisboa passou por vexames políticos no período de Independência do Brasil (1822) por ter sido acusado de apoiar a Revolução do Porto (1820). Assim, parece que Baltasar Lisboa tinha consciência de que o seu nome era inconveniente naquela conjuntura e resolveu, por meio da publicação de extratos de investigações que fez no período da sua atuação profissional, ir dizendo aos envolvidos na “causa brasílica” que ele estava disposto a ajudar e a ser útil aquela nova nação, talvez como forma de inibir maiores retaliações.

O certo é que essa descrição sobre Baltasar da Silva Lisboa repleta de elogios foi um fato quase inédito, uma vez que durante a sua vida as amabilidades por parte de seus pares foram poucas, prevalecendo críticas severas às suas posturas e opções.

Silva Campos (1981), que desenvolveu um dos primeiros estudos voltados para a Capitania de Ilhéus desde o século XVI até à década de 1940, referiu os escritos de Baltasar Lisboa e com um relato positivista, assim expressou: “[...] o desembargador Baltasar da Silva Lisboa a quem a história da Capitania dos Ilhéus deve inestimáveis subsídios”.<sup>8</sup>

Vale ainda lembrar o curioso artigo publicado no Jornal *A Tarde* na edição de 20 de janeiro de 1961, escrito por Carlos Pereira Filho, então sócio da Academia de Letras de Ilhéus, no qual destaca a importância dos estudos de Baltasar Lisboa para a História da região Sul baiana exaltando sua “inteligência, cultura e carreira brilhante” e lamentou por seu nome e seus atos se encontrarem “sepultados no mais frio esquecimento pelos ilheenses da presente geração”.<sup>9</sup> Comentou ainda alguns aspectos sobre o posicionamento de Baltasar Lisboa acerca dos jesuítas e dos povos da comarca, sobre o que escreveu,

Na história da vila de Ilhéus há um nome que muito se destacou pela sua inteligência, cultura e carreira brilhante. Foi o nome de Baltasar da Silva Lisboa, que exerceu por alguns anos, a função de ouvidor. Durante o período da sua ouvidoria, Baltasar da Silva Lisboa, solucionou assuntos importantes tendo sido por isso mesmo considerado e respeitado pelos ilheenses. Embora protegido do bispo D.

Pereira Coutinho, que o mandou instruir na Universidade de Coimbra, não se mostrou amigo dos religiosos, havendo se manifestado duramente contra os jesuítas e até aprovado publicamente a sua vila ilheense. Num ofício corajoso denunciou ao ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho o farçante Santos Soledade que praticava os mais extremos absurdos, com a provisão que obteve de “superintendente da conquista e descoberta das ruínas do sertão”. Clamou contra as barbaridades levadas a efeito pelos civilizados, das quais os índios eram as vítimas. E escreveu “o meio de que então se usava para a conquista dos índios consistia em levantar contra eles bandeiras para serem buscadas nas suas choças por entre matas, estremecendo a humanidade da horrível carnagem que com desumanidade neles se fazia e o espanto e o horror se espalhava por todas as partes”. [...] Dos moradores da vila ilheense dizia que “são elevados, altivos sobre a grandeza dos seus nascimentos. Gostavam de aparecer em público cobertos de galões, com espadim de ouro e sapatos com fivelas do mesmo metal, embora que privadamente, andassem quase nus em fraldas de camisa ou cobertos com uma túnica de bambá a que chamavam de timão”. [...] O seu nome e os seus atos que tanto honraram e serviram a antiga vila se encontram sepultados no mais frio esquecimento pelos ilheenses da presente geração.

Cabe comentar que Carlos Pereira Filho demonstra conhecer em minúcias os manuscritos de Baltasar da Silva Lisboa, desde ofícios até às suas memórias sobre Ilhéus, pois, utilizou-se de termos empregados pelo próprio Baltasar Lisboa em suas diversas produções, sobretudo, referentes à *Memória Topográfica*. E, descreve bem o aspecto marcante da trajetória de vida desse homem de ciência – a polêmica.

Baltasar da Silva Lisboa iniciou os seus estudos na Universidade de Coimbra aos quatorze anos de idade, ficando aos cuidados de seu irmão José da Silva Lisboa e do bispo D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho. Matriculou-se na Faculdade de Filosofia da reformada Universidade de Coimbra no ano de 1776 como aluno obrigado e concluiu em 1780 esta etapa. No curso jurídico matriculou-se em 1777, estudando paralelamente nas duas faculdades, de forma que se tornou bacharel em Leis no dia vinte e cinco de maio do ano de 1781 e obteve a formatura no dia quatorze de junho do ano de 1782.

Consta ainda na sua ficha acadêmica do Arquivo da Universidade de Coimbra que recebeu o grau de Doutor a dezoito de maio do ano de 1783, levando a crer que, seguindo a disposição dos *Estatutos*, espontaneamente acrescentou mais um ano em seus estudos. Assim, Baltasar da Silva Lisboa tornou-se, além de bacharel em Leis, também Licenciado, ou Doutor, em Filosofia, pois consta sua matrícula novamente nesta faculdade depois de concluídos quatro anos obrigatórios.

O trabalho significativo referente ao período da sua formação é o *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil – 1786*. Publicado após sua formatura, consiste numa monografia dedicada ao Príncipe Regente, D. José I, num esforço de conquistar

reconhecimento profissional por parte da comunidade científica da sua época, o que realmente conseguiu posteriormente.

O referido *Discurso histórico* trata sobre a institucionalização da Filosofia Natural em Portugal e no Brasil. Nele, Baltasar Lisboa demonstra bem o espírito das luzes luso-brasileiras, pois asseverou que a Filosofia Natural seria uma reconhecível contribuição para o bem comum. Os estudos da natureza, “conhecimento das maravilhosas obras do Criador”, informações sobre as produções do Reino, e das Colônias, anunciavam “felicidades sem número”.<sup>10</sup>

Assim como as ciências, artes, agricultura, comércio e indústria eram o progresso da civilização em que se fundamentava o Estado, tendo considerado que a “ciência, sendo bem cultivada, decide da glória da Nação”<sup>11</sup>. Nesta referida monografia apresentou nomes de intelectuais, instituições e grupos de pesquisa referentes a Portugal e ao Brasil mostrando a dinâmica da História Natural luso-brasileira.

A reforma da Universidade de Coimbra teve como principal objetivo produzir um tipo de funcionário que o Estado português ilustrado necessitava. Para tal houve uma revisão dos seus *Estatutos* o que validou a criação de uma faculdade especialmente destinada ao ensino das Ciências Naturais e das Ciências Físico-Químicas, a qual se chamou de Filosofia, pois, as matérias lecionadas foram consideradas como pertencentes ao que se designava por Filosofia Natural, ou seja, o conhecimento da natureza em seus diversos aspectos.

Conforme os *Estatutos* no curso de Filosofia se compreendiam “todos os ramos das ciências que tem por objeto a contemplação da natureza”. O estudo da Filosofia era fundamental para se exercer três profissões: a de naturalista, a de médico e a de matemático. Na medicina havia maior dedicação a “todas as ciências que pertencem a Filosofia do corpo humano são, e enfermo”. Por sua vez, a Matemática enfocava “todas as ciências que tratam de quantidade em geral, e particular” e na Filosofia Natural dava-se maior atenção a “todos os conhecimentos de fato que pela observação se tem achado na Natureza, e formam o corpo da História Natural”<sup>12</sup>. Este último era o enfoque dado aos alunos obrigados do curso jurídico.

Os *Estatutos* assinalam que os estudantes do curso de Filosofia seriam divididos em duas classes: a primeira dos ordinários, “os quais se destinarão a estudar a Filosofia por si mesma; ou pretendam incorporar-se no grêmio da faculdade; ou se contentem simplesmente com o estudo de um curso para sua instrução”. A segunda eram os obrigados, “os quais deverão necessariamente estudar; ou toda a Filosofia ou parte dela, como subsídio e preparação para as faculdades a que se destinarem”,<sup>13</sup> no caso do curso jurídico os alunos

eram obrigados, pois desde a reforma que o estudo das ciências naturais se tornou condição indispensável para se ingressar nesta referida faculdade.

De acordo com a autora Maria Odila Dias (1968), no período em que o Marquês de Pombal reformou o currículo da Universidade de Coimbra, abolindo a filosofia escolástica e substituindo-a pelas ciências, imbuídos de princípios iluministas, bacharéis luso-brasileiros procuraram ser úteis e aproveitar as “Luzes”, voltando seus estudos principalmente para a agricultura, pois assim “as Luzes refletiriam esse espírito inovador essencialmente cosmopolita”,<sup>14</sup> que caracterizava a mentalidade da chamada *geração de 1790*.

Nesse contexto, considerando a manifestação das “Luzes” em Portugal, o nome de Domingos Vandelli é referência obrigatória. Destaca-se sua notória contribuição para a fundação, instalação e direção dos museus de história natural e dos jardins botânicos da Ajuda. São também da sua autoria parte dos *Estatutos* da Faculdade de Filosofia Natural dedicada ao ensino da Química e da História Natural.

A contribuição de Domingos Vandelli nota-se na sensibilização “tanto das classes dirigentes como acadêmicas para o conhecimento da flora, no sentido de uma utilidade econômica de par de uma curiosidade científica”.<sup>15</sup> Assim, se deu início, no final do século XVIII e princípio do século XIX, a missões botânicas em possessões portuguesas ultramarinas com o objetivo de estudar as floras locais, e de levar herbários e plantas vivas para o Jardim Botânico da Ajuda.

No fim do século XVIII, D. Rodrigo de Sousa Coutinho enquanto Ministro da Marinha e Ultramar liderou com grande perspicácia reformas políticas e administrativas pautadas pelo ideal iluminista e realizadas pelos homens de ciência luso-brasileiros, conhecidos na historiografia como a *geração de 1790* <sup>16</sup>.

Nesse período, Pombal já tinha perdido seu lugar de prestígio e alguns historiadores referem-se a uma nova mentalidade régia, “a viradeira”, que de viragem do ideal político e administrativo de Pombal efetivamente pouco se percebe.

A fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779 foi uma forma de expandir a produção de conhecimento centralizada na Universidade de Coimbra, que teve uma singular atenção durante o governo de Pombal. Ao mesmo tempo, foi uma forma de se distanciar das propostas deste antigo ministro, que foi considerado culpado pela situação deficitária dos cofres portugueses (SCHWARTZ, 2002: 165). É importante destacar o nome de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pois houve uma aceleração de pesquisas naturais em seu

governo. A política do Estado português, delineada por esse ministro, encontrou pleno lugar de sua realização na Academia.

Baltasar da Silva Lisboa sustentou, juntamente com outros homens de ciência, uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer profundamente os seus domínios. Assim, divulgou suas experiências botânicas realizadas na Comarca de Ilhéus<sup>17</sup> no âmbito da História Natural em importantes espaços públicos e acadêmicos no Brasil e em Portugal e reconhecia o impacto das “Luzes” na sociedade luso-brasileira. Inclusive sua “Memória Topográfica da Comarca de Ilhéus” foi publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1823.

Várias polêmicas marcaram a trajetória deste homem de ciência no Brasil. Desde sua atuação no Rio de Janeiro que existem registros de suas discórdias com autoridades administrativas. As biografias de época sempre enfatizam seu desentendimento com o Vice-rei Conde de Resende na ocasião em que era Juiz de Fora do Rio de Janeiro. Caio Prado (1972) também não deixou esse episódio passar despercebido. Em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, cita o incidente da farinha no Rio de Janeiro em que Baltasar Lisboa teve importante participação e sugere que o mesmo descobriu contrabando no Rio de Janeiro e o Conde de Resende estaria envolvido, senão por participação, ao menos por omissão.

Conforme Bellegarde (1840), o Juiz Baltasar Lisboa não admitindo a fome que castigava o povo da capital pela exportação da farinha de Pernambuco, gênero indispensável, foi a bordo das embarcações, investigou e identificou um ajudante de ordens do Conde de Resende como principal suspeito do crime. A notícia foi um golpe para o Conde de Resende e uma injeção de popularidade para o Juiz. Desde então se iniciou uma disputa por poder e influência política entre os dois, que acabou por resultar na expulsão de Baltasar Lisboa do Rio de Janeiro em 1796.

Numa correspondência enviada para a Corte, o Conde de Resende explicou que o caráter duvidoso, comportamento desrespeitoso, ameaça ao sossego público e segurança do Estado, foram os motivos que o levaram a expulsar Baltasar Lisboa do Rio de Janeiro conforme abaixo transcrito:

[...] Toda esta extensa narração me pareceu conveniente para descrever com ingenuidade o dissimulado caráter deste homem e as causas que me impeliram a dar uma demonstração do meu ressentimento incomparavelmente inferior às ofensas com que considero agravadas a minha pessoa e família, que não pode evitar o veneno da sua mordacidade; e ainda assim tenho estudado não parecer levado de uma cega paixão, deferindo ao seu requerimento com tanta condescendência quanta nem ele merecia nem devia esperar; porém fico persuadido de que Vossa Excelência

fazendo presente a S. Majestade esta minha exposição, não deixará de obter da Mesma Senhora uma providência tal que me desagrave das ofensas feitas ao lugar que ocupo e a minha pessoa, e que me evite o desgosto de ver revogada minha ordem dada ao mencionado Baltasar da Silva Lisboa para sair desta Capitania encaminhando-se ela ao sossego público e ainda mesmo a segurança do Estado.<sup>18</sup>

Então, Baltasar da Silva Lisboa teria se tornado uma ameaça ao governo e um caso de segurança pública, mesmo com tão graves acusações e sendo obrigado a sair do Rio de Janeiro, seguiu para Portugal onde prestou esclarecimentos sobre essa situação e foi incumbido do cargo de Ouvidor da Comarca de Ilhéus (1797) e posteriormente como Juiz Conservador das Matas (1799). Mais tarde, nos *Annaes do Rio de Janeiro* (1834), fez a seguinte crítica ao Conde de Resende:

[...] O Conde de Resende, que fazia prender por traidores aos homens de letras que se juntavam para comunicarem os seus conhecimentos sobre a História Natural, Agricultura, e as artes do Brasil, classificando por crime de alta traição a lição dos correios da Europa, e até das Gazetas.<sup>19</sup>

Os *Annaes do Rio de Janeiro*, composto em sete volumes, foram suas últimas publicações em vida. A característica marcante dos seus últimos escritos é serem extratos e revisões de produções feitas durante o período em que atuou como funcionário (e naturalista) do Estado português criando também um espaço para apresentar explicações e desabafos sobre intrigas nas quais esteve envolvido.

Ainda no Rio de Janeiro, no cargo de Juiz de Fora e Provedor dos Ausentes, Baltasar da Silva Lisboa denunciou que o Vice-rei, Luís de Vasconcelos e Souza, anterior ao Conde de Resende, teria retirado de sua responsabilidade um cofre com mais de oitocentos contos de réis alegando que não era do Juízo dos Ausentes, contudo os documentos provavam o contrário, sendo essa ordem do Vice-rei contra as determinações da Majestade e em “benefício particular de pessoas poderosas”.<sup>20</sup>

O Juiz Comissário do sequestro feito ao tesouro dos defuntos e ausentes, Dr. Joam De Figueiredo, qualificou Baltasar Lisboa de ser “alucinado pelos próprios interesses” e motivado por “cega paixão, teima e pouca verdade com que instrui a sua queixa”. Baltasar Lisboa denunciou que o dito cofre se inseria num desvio do dinheiro do juízo dos ausentes para negociações e cobranças não apuradas, nem lançadas em receita.<sup>21</sup>

Já em Ilhéus, responsável pelos cortes de madeiras, também teve notória oposição às questões relacionadas com o interesse privado em oposição ao bem público. Seu plano de cortes das madeiras de construção tornava o Estado gerenciador de todas as atividades dos

cortes e os particulares deveriam obedecer a regras, mesmo em suas propriedades. Baltasar da Silva Lisboa discursava no sentido de limitar a ação dos particulares, pois “tudo deve ser regido pelo bem público”. Essa sua opinião, esboçada no *Discurso histórico*, que figura entre seus primeiros escritos, se tornou na linha mestra de sua atuação enquanto Juiz Conservador das Matas de Ilhéus.

Autoridades na Comarca expressaram desacordo relativamente à administração de Baltasar Lisboa e criticaram sua postura qualificando-a de irresponsável e autoritária, a exemplo do Padre Joaquim Malta e do Capitão do Morro de São Paulo, Domingos Muniz Barreto. O primeiro, que era um grande proprietário de terras, teria expressado que os povos da Comarca de Ilhéus estavam descontentes com o novo plano dos cortes de madeiras. Baltasar Lisboa se defendeu das críticas feitas pelo clérigo acusando-o de ser caluniador, sedicioso e participante dos negócios de monopólio das madeiras por particulares.

Para Baltasar Lisboa, tanto o Padre Joaquim Malta, quanto Domingos Muniz Barreto, se incomodavam com as regras nos cortes das madeiras, porque eram cúmplices com os interesses de particulares nos negócios e que se preocupavam apenas com o lucro, deixando de lado o bem do Estado português e a necessidade vital das matas.

D. Fernando José de Portugal, Governador da Bahia, enviou para D. Rodrigo de Sousa Coutinho um Ofício contendo críticas ao Padre Joaquim Francisco Malta e mencionou que esse clérigo teria ido até ao reino para prestar esclarecimentos sobre o seu suposto desacordo com as regras nos cortes das madeiras:

[...] Um clérigo de muito mau procedimento, de que ele (Baltasar Lisboa) se queixa, e contra o qual eu deverei obrar com a justa severidade das leis: este clérigo é sem dúvida o Padre Joaquim Francisco Malta que vive em umas terras próprias que tem naquela comarca, e contra o qual formou um sumário aquele ouvidor, que remeteu para o Juízo Excelentíssimo para ali ser sentenciado[...]. Depois de ter escrito esta a Vossa Excelência, ouvi dizer que o sobredito Padre Joaquim Francisco Malta se tinha retirado para Pernambuco, para ali passar a sua Corte [...].<sup>22</sup>

Por sua vez, Domingos Muniz Barreto, capitão no presídio do Morro de São Paulo, sofreu uma denúncia feita por Baltasar da Silva Lisboa, de facilitar a passagem de embarcações nesta localidade sem a devida vistoria. Junto à denúncia propôs ao Visconde de Anadia, secretário ultramarino, a “inutilidade do Presídio”, pois, as ordens do *Regimento* não eram cumpridas.

O *Regimento*<sup>23</sup> estabelecia que o Governador do Morro de São Paulo, além das funções do seu posto, deveria registrar e arrecadar os direitos reservados à Coroa concernentes ao

comércio das madeiras: “Mando que os Barcos que saírem pela Barra do referido Presídio ou qualquer outro da Comarca dos Ilhéus lhe paguem de cada viagem os Barcos mil réis, e as Lanchas quinhentos réis”.<sup>24</sup>

O denunciado, Domingos Muniz solicitou esclarecer a situação frente ao secretário ultramarino, pois Baltasar Lisboa, segundo ele, possuía um “péssimo caráter, sempre vacilante, incerto e louco, tanto na administração de justiça aos povos, como na dos Reais Cortes e ainda nos graves prejuízos da Real Fazenda”.<sup>25</sup> Cinco anos antes desse episódio, Domingos Muniz Barreto escreveu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho ofertando terras suas para a Coroa com o intuito de que essas servissem de pastagens para os bois usados para transportar as madeiras, dizendo também estar ciente dos elogios que Baltasar Lisboa recebera de D. Rodrigo. O juiz conservador escreveu ao capitão agradecendo e dizendo que enviaria sua missiva à corte.

Enviou a correspondência e anexou um atestado afirmando a contribuição de Domingos Muniz Barreto para o desenvolvimento dos trabalhos no corte de madeira. Desta forma, Domingos Muniz Barreto procurou ajudar Baltasar Lisboa em seus empreendimentos “ajudando-me ao desempenho de importantes deveres, que sem o seu socorro o não podia fazer”<sup>26</sup>. No entanto, no decorrer do processo de regulamentação dos cortes de madeiras na Comarca de Ilhéus essas autoridades não tiveram consenso e as relações tornaram-se conflituosas. Sobretudo porque Domingos Muniz Barreto se incomodou com a política de racionalização dos cortes implantada por Baltasar Lisboa.

Enquanto Baltasar Lisboa defendia o controle estatal nos cortes das madeiras, Domingos Muniz Barreto sugeria medidas amenas que manteriam claramente o *status quo* garantindo os interesses dos particulares. O capitão criticou fervorosamente Baltasar da Silva Lisboa. Para ele, apesar daquele ter sido nomeado Ouvidor da Comarca de Ilhéus, em um momento de evidente deficiência na administração dos cortes das madeiras e possuir uma notória formação acadêmica, não empreendia uma boa administração, pois se utilizava do título acadêmico para cometer abusos de poder. O projeto de regulamentação dos cortes das madeiras defendido pelo juiz seria, em sua opinião, ineficiente.

O projeto de regulamentação dos cortes das madeiras administrado por Baltasar da Silva Lisboa acirrou as disputas entre os donos da terra pelo controle do espaço que era disputado também pela Coroa e pelos habitantes do lugar. Afinal, as madeiras de construção constituíam um mercado lucrativo e um recurso bastante explorado pela sociedade local.

Porém, tais descompassos foram comuns aos “doutores de Coimbra”, que depois de saírem da condição de aprendiz para se tornarem homens de ciência e funcionários do Estado, tinham o desafio de lidar com a rede de hierarquias locais. Em Coimbra, “um título de doutor ou de licenciado [...] significava fazer parte da restrita elite intelectual”, porém, no ultramar parece ter sido mais um problema do que uma vantagem na inserção das relações de poder <sup>27</sup>. A implementação do *Regimento* sofreu muita oposição e conseqüentemente Baltasar Lisboa foi severamente criticado pelos seus opositores.

Inclusive há também uma polêmica sobre a elaboração do regimento aplicado à Comarca de Ilhéus,<sup>28</sup> pois o governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, reclamou participação na preparação e alegou que Baltasar Lisboa teria transgredido suas determinações:

Se por sua Secretaria de Estado não se tivesse expedido a Carta Régia que proximamente recebi em data de vinte três de Janeiro passado, ainda até agora não seria sabedor da antecipação e inconsideração com que o atual Ouvidor da Comarca dos Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa remetera a Presença de Vossa Excelência o Regimento que aqui se projetara sobre os cortes de madeiras de construção. [...] Um regimento, não só para as Matas desta Capitania [...] mas também para as de Pernambuco. [...] O regimento é o resultado das conferências, e das reflexões que ocorreram a todos os que a elas assistiram, em que entra aquele ouvidor que só posso desculpar nesta indiscrição.<sup>29</sup>

Baltasar Lisboa teria elaborado o regimento em conjunto com outras autoridades da Capitania, incluindo o Governador, porém, antes que o documento fosse remetido oficialmente, ele mesmo enviou para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, talvez num esforço de demonstrar seus bons serviços no cargo para o qual foi designado.

Contudo, não se devem entender as querelas de Baltasar da Silva Lisboa simplesmente como um mau procedimento profissional ou a falta de gosto pela diplomacia ou diálogo entre as partes interessadas nas situações. Na verdade, o que Domingos Muniz classificou como um caráter vacilante, incerto e louco, da parte de Baltasar da Silva Lisboa, deve ser compreendido enquanto resultado direto dos conflitos que giravam em torno dos descompassos de ordem política, econômica e administrativa. No fundo, era uma economia de monopólios em conflito com os ruídos de um novo tempo, com as dinâmicas inerentes à liberdade comercial, isto é, o liberalismo.

Baltasar da Silva Lisboa, que escreveu memórias sobre o Brasil com a perspectiva teórica da História Natural, foi um importante participante da *geração de 1790*. A concepção

naturalista que este homem de ciência compartilhava considerava que a compreensão do mundo repousava no domínio da Natureza, a qual deveria ser inventariada e estudada como objeto científico. Durante os largos anos em que ocupou o cargo de Juiz e Conservador das matas de Ilhéus, escreveu vários relatórios sobre a sua atuação. Num relatório de 1805, por exemplo, considerou que o corte indiscriminado de madeiras afetava a dinâmica natural e isso causaria danos de tal forma que por fim os homens sentiriam os desastres.

### **Considerações finais**

A trajetória do homem de ciência Baltasar da Silva Lisboa foi permeada de intrigas e polêmicas nas quais não foi nem herói, nem vilão, mas um sujeito do seu tempo, com suas especificidades, compatibilidades e incompatibilidades contextuais, sendo sua trajetória expressão das contradições entre concepções econômicas e políticas do passado com as novas ideias iluministas.

Compôs a *geração de 1790*, constituída por nascidos no Brasil que estudaram na Europa e que depois retornaram para a colônia onde aplicaram os conhecimentos que adquiriram no exterior em conformidade com as singularidades da natureza e populações do Brasil.

Baltasar da Silva Lisboa sustentou, juntamente com outros homens de ciência, uma rede de informações que permitiu ao Estado português setecentista conhecer profundamente os seus domínios, divulgando suas experiências botânicas realizadas na Comarca de Ilhéus. Sua atuação profissional foi vasta e diversa, destacando-se a de Juiz Conservador das Matas da Comarca de Ilhéus por cerca de vinte anos, período onde produziu a maior parte dos seus escritos.

Com uma formação plena baseada nos intentos das reformas pombalinas, destacou-se como um estudioso da História Natural. Seus escritos manifestam características da *geração de 1790*. A sua produção é parte significativa da especificidade do iluminismo e da dinâmica científica luso-brasileira. A análise de seus ofícios, memórias e relatórios são importante contribuição para a escrita da História da região Sul da Bahia e soma nas compreensões sobre o Brasil colonial e imperial.

### **Fontes**

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 376 – 378.

LISBOA, Baltasar. Memória Topográfica e econômica da Comarca dos Ilhéus – 1823, Academia Real das Ciências de Lisboa, manuscritos 1764. Série Azul.

LISBOA, Baltasar. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial, 1834 – 1835.

LISBOA, Baltasar. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria 1823. *RIHGB-Bahia*. N.52-1926.

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Livros de Matrícula – PT- AUC – UC. Peticões de matrícula e inscrição – PT- AUC – UC/GA – Localização – IV – 2ºD- 12-3 – 24.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA/ compilados debaixo da imediata e suprema inspeção d"elRei D. José I pela Junta de Providência Litteraria ... ultimamente roborados por sua magestade na sua Lei de 28 de Agosto deste presente anno. –Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1772. Volume III.

## Referências

ALMEIDA, Ricardo. NASCIMENTO, William. *Baianos nos Tribunais Superiores do Brasil: Da Casa da Suplicação ao Supremo Tribunal Federal*. Salvador: Edição do autor, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. *Usos & abusos da história oral*. Orgs. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CALAZANS, F.J. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de cultura, 1981.

CARVALHO, Rómulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa – Ministério da Educação, 1987.

CARDOSO, José Luís. CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 17, p. 65-88, 2012.

COSTA, Manuela. Entrevista com Benito Bisso Schmidt. *Revista Cantareira*, jul.-dez./2011. ISSN 1677 7794.

DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. Tese de Doutorado - UFP - Curitiba, 2004.

DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*, primeiro trimestre: 105-70, 1968.

DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, madeiras e cabotagem: a capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011.

- DIAS, Marcelo Henrique. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 193-214 – 2010.
- DIAS, Marcelo Henrique. *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais do setecentos. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 823 – 38. 2001.
- GARCIA, Bruno. Benito Bisso: palmas para o acaso. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, p. 52-57, julho – 2013.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: *Usos & abusos da história oral*. Orgs. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 5ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- LIMA, A. P. dos Santos. *Memórias de Baltasar da Silva Lisboa: a singular floresta e os povos de Ilhéus*. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Feira de Santana, 2013.
- LIMA, A. P. dos Santos. A Comarca de Ilhéus na ótica do Juiz Conservador Baltasar da Silva Lisboa (1797 – 1823). *Dimensões* 40, 2: 151 – 172, 2018.
- LIMA, A. P. dos Santos. O delineamento da política de conservação das matas na Comarca de Ilhéus (1797 - 1808). *Temporalidades* 6, 2: 75 – 88, 2014.
- LIMA, A. P. dos Santos. Baltasar da Silva Lisboa: O Juiz Conservador das Matas de Ilhéus (1797 - 1818). *Revista Crítica Histórica*, v. 4, p. 160 - 175, 2011.
- MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MOREL, Marco. *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.
- NUNES, Maria de Fátima. CUNHA, Noberto. *Imprensa periódica científica (1772-1852)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Tese de Doutorado - Campinas, SP. [s.n.], 2006.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- ROCHA, Xxxx. (Org.). *Visconde de Cairu*. 34. ed. São Paulo: Xxxxx, 2001.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. *Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.
- SCHWARTZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia das letras, 1988.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, 1945.
- VOVELLE, Michel (org.). *O homem do iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

---

## Notas

- 1 Este artigo é um recorte da tese de doutorado: LIMA, Ana Paula dos Santos. *Memórias de Baltasar da Silva Lisboa: a singular floresta e os povos de Ilhéus*. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, 2013.
- 2 Habilitação da Ordem de Cristo – Baltasar da Silva Lisboa – Torre do Tombo.
- 3 Bento da Silva Lisboa era filho de José da Silva Lisboa.
- 4 VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, 1945, p. 442-3.
- 5 LISBOA, Bento da Silva. Biografia do conselheiro Baltasar da Silva Lisboa. *RIHGB*. N.2, 1840.
- 6 BELLEGARDE, Pedro De Álcantara. Elogio Historico Do Fallecido Socio Honorário o Conselheiro Baltasar Da Silva Lisboa. *RIHGB* 1840, tomo 2 (suplemento): 34-39.
- 7 No contexto da Independência do Brasil, Baltasar da Silva Lisboa foi acusado, pelas Câmaras da Vila da Cachoeira, do Rio de Contas e de Valença de ser infiel ao Brasil. Ver: LIMA, Ana Paula dos Santos. *Memórias de Baltasar da Silva Lisboa: a singular floresta e os povos de Ilhéus*. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós - Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, 2013, p. 77.
- 8 CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981. p. 15.
- 9 PEREIRA, Carlos Filho. O Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa. *A Tarde*, 30 de Janeiro de 1961.
- 10 LISBOA, Baltasar. Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil, 1786. In: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. Tese de Doutorado. UFP - Curitiba, 2004.
- 11 LISBOA, Baltasar. Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil, 1786. In: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. Tese de Doutorado. UFP - Curitiba, 2004.
- 12 Estatutos da Universidade de Coimbra/ compilados debaixo da immediata e suprema inspeção d"elRei D. José I pela Junta de Providência Litteraria... ultimamente roborados por sua magestade na sua Lei de 28 de Agosto deste presente anno. –Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1772. Volume III. p. 05.
- 13 Estatutos da Universidade de Coimbra/ compilados debaixo da immediata e suprema inspeção d"elRei D. José I pela Junta de Providência Litteraria ... ultimamente roborados por sua magestade na sua Lei de 28 de Agosto deste presente anno. –Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1772. Volume III. p. 05.
- 14 DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*, primeiro trimestre: 105-70, 1968. p.105.
- 15 BRANCO, Cristina Castel. *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 07.
- 16 Ver: MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- 17 Ver: LIMA, Ana Paula dos Santos. *Memórias de Baltasar da Silva Lisboa: a singular floresta e os povos de Ilhéus*. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós - Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Feira de Santana, 2013, p. 130.
- 18 CORRESPONDÊNCIA do Conde de Resende com a corte de Portugal, 1796. Lata 53. Pasta 06. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 19 LISBOA, Baltasar. *Annaes do Rio de Janeiro*, 1834. Tomo I. Prólogo.
- 20 RESPOSTA. Papéis do Brasil. Rio de Janeiro, 1792. Torre do Tombo.
- 21 RESPOSTA. Papéis do Brasil. Rio de Janeiro, 1792. Torre do Tombo.

- 
- 22 OFÍCIO do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere aos louvores dirigidos ao Ouvidor da Comarca dos Ilheus Baltasar da Silva Lisboa, pelos serviços prestados no corte das madeiras de construção e ao procedimento judicial contra o Padre Joaquim Francisco Malta que pretendia contrariar as suas ordens. Bahia, 25 de setembro de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino - Castro e Almeida – Bahia – doc. 19. 483.
- 23 Ver: LIMA, Ana Paula dos Santos. O delineamento da política de conservação das matas na Comarca de Ilhéus (1797 - 1808). *Temporalidades* 6, 2: 75 – 88, 2014.
- 24 Regimento da Conservatoria das Reas Matas. In: LIMA, Ana Paula dos Santos. Baltasar da Silva Lisboa: O juiz conservador das matas de Ilhéus (1797 - 1818). *Revista Crítica Histórica*, v. 4, p. 160 - 175, 2011.
- 25 CARTA particular de Domingos Alves Branco Moniz Barreto para o Visconde de Anadia, em que lhe pede para ser ouvido, no caso de o ex-conservador das Matas Baltasar da Silva Lisboa apresentar superiormente qualquer queixa a seu respeito. Bahia, 18 de julho de 1805. Arquivo Histórico Ultramarino/ Arquivo Público do Estado da Bahia. Cx. 137 doc. 27.369.
- 26 ATESTADO do Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa. Em que afirma o zelo e préstimo do Sargento-mor Domingos Álvares Branco Moniz. Camamú, 16 de novembro de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino/ Arquivo Público do Estado da Bahia. Cx. 106 doc. 20.760.
- 27 Ver: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. Tese de Doutorado. UFP - Curitiba, 2004. p. 194.
- 28 Ver: LIMA, A. P. dos Santos. *Memórias de Baltasar da Silva Lisboa: a singular floresta e os povos de Ilhéus*. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Feira de Santana, 2013, cap. 02.
- 29 OFÍCIO do Governador D. Fernando José de Portugal, em que se refere ao Regimento dos cortes das madeiras e a varios incidentes que se deram na sua elaboração. Bahia, 23 de Abril de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino  
– Projeto Resgate – vol. 36 doc. 19. 363.